

## Competência em Informação em Perspectiva Histórica: do nascimento americano à maturidade brasileira

Gabriel Jorge Rodrigues  
gjorgerodrigues@yahoo.com

Recebido em: 30/07/2024  
Aceito em: 30/09/2024

### Resumo

Avalia o surgimento da competência em informação a partir da história do seu surgimento e desenvolvimento por intelectuais da Biblioteconomia. Pela pesquisa documental apresenta seu surgimento no contexto de um acesso sem precedentes à informação e o uso de novas tecnologias. Apresenta teóricos estadunidenses e australianos que aprimoraram o conceito e declarações oficiais sobre o tema por associações profissionais e o governo dos Estados Unidos. Aborda a recepção do conceito entre bibliotecários brasileiros e as facetas que recebeu por parte deles. Antevê um novo desenvolvimento do conceito, estendendo-se a aspectos da vida humana em que o bom uso das informações é crucial, como em questões financeiras.

**Palavras-chaves:** competência em informação; ciência da informação; biblioteconomia; tecnologias da informação e comunicação; letramento financeiro.

### *Information Literacy in a Historical Approach: from the American birth to the Brazilian maturity*

#### Abstract

*This paper evaluates the emergence of information literacy through the history of its development by intellectuals in Librarianship. Through documentary research, it traces its origins within the context of unprecedented access to information and the use of new technologies. It presents American and Australian theorists who refined the concept, and official statements on the subject by professional associations and the United States government. The paper discusses the concept's reception among Brazilian librarians and the facets it has acquired from them. It anticipates a new development of the concept, expanding to aspects of human life where the proper use of information is crucial, such as in financial issues.*

**Keywords:** Information literacy; information science; librarianship; information technology; financial literacy.

## 1 INTRODUÇÃO

Sendo a competência em informação algo já amplamente aceito e discutido nos círculos acadêmicos da Ciência da Informação, permanece inédito no Brasil, neste âmbito (ainda que já abordado em outras áreas do conhecimento) o seu desenvolvimento na área das finanças e da economia: o letramento financeiro.

Surgida historicamente no contexto da crise financeira de 2008 entre os estadunidenses, este seu herdeiro conceitual é definido como a habilidade de buscar, acessar e avaliar informações que auxiliem a pessoa a situar-se na realidade econômica e tomar decisões favoráveis financeiramente. Desde o começo, os bibliotecários protagonizaram ações para que suas comunidades se tornassem financeiramente letradas em um momento crucial como o da recessão, o que mais tarde suscitou um amplo debate na área sobre como perpetuar e otimizar essas ações.

Segundo Oliveira (2023), em seu trabalho de conclusão de curso, procurou expor este conceito à comunidade acadêmica brasileira através da perspectiva da Biblioteconomia e avaliou sua possível inserção nas já iniciadas atividades de educação financeira da nossa população, conforme consta na Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Contudo, era necessário antes traçar o desenvolvimento da *information literacy*, sua recepção entre os brasileiros como *competência em informação* e as novas feições que tomou a partir desta comunidade para, então, apresentar o conceito central do trabalho. Tal empreendimento rendeu um capítulo inteiro sobre os conceitos primeiros que, por questões práticas foram retirados da versão final do trabalho de conclusão, mas que ora é aqui publicado.

Intenta-se, com esta pesquisa documental, apresentar o rico debate que os profissionais da informação teceram sobre um aspecto tão importante na nossa sociedade como o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a apreensão da informação para o bem do usuário e da sua comunidade, bem como apontar novos caminhos para a eficácia do fenômeno informação, em suas diversas faces.

## 2 O ECOSISTEMA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Pierre Lévy (1993) afirma que o espírito humano passa por três fases, constituídas por tecnologias e formulações culturais próprias: a oralidade, a escrita e a informática. Presenciamos, nas últimas décadas, o advento deste tempo do espírito mais recente, com o computador e a internet. Novas dinâmicas econômicas, políticas e culturais daí se desenvolveram, para o nosso entusiasmo – ou preocupação.

Gradativamente, tornou-se principal tendência do dia a dia a “digitalização, que atinge todas as técnicas de comunicação e de processamento de informação [...] relegando a um segundo plano o tema do material” (Lévy, 1993, p. 102). As notícias, antes consumidas pelo jornal, televisão ou mesmo pelo rádio, passaram a ser difundidas em aplicativos de troca de mensagens ou acessadas de sites; a apreciação de filmes, antes relegada ao cinema, passou a ser disponível também em DVD-ROM para, alguns decênios depois, esta inovação também ser substituída pelos serviços de *streaming*; durante a pandemia de COVID-19, um sem-número de *lives* passaram a ser transmitidas para milhões que não poderiam participar presencialmente de eventos. E esses são apenas alguns exemplos.

Podemos constatar que diferentes grupos etários e sociais exigem habilidades distintas e sempre mais complexas para utilizar eficazmente estas mesmas tecnologias. Isto se deve, segundo Campello (2009), ao fato de as TICs serem multimídia e engajarem um conjunto de sensações, assim como pela complexidade que o universo informacional adquiriu a partir destas tecnologias. Urge que usuários adquiram as habilidades necessárias, como uma nova alfabetização, para apreciar este universo que se lhes apresenta, como anteriormente foi preciso alfabetizá-los para utilizar as tecnologias que são as línguas naturais.

Lévy (1999, p. 57), ao analisar a construção e disseminação de informação da Web, declara que as “[...] redes de computadores são poderosos instrumentos de escrita-leitura coletiva”. Esta forma de produção de conhecimentos, antes desconhecida para a parcela letrada da população, suscita uma nova aprendizagem. Ainda, segundo o autor:

A escrita e a leitura trocam de papéis. Aquele que participa da estruturação de um hipertexto, do traçado pontilhado das possíveis dobras de sentido, já é

um leitor. Simetricamente, aquele que atualiza um percurso, ou manifesta determinado aspecto da reserva documental, contribui para a redação, finaliza temporariamente uma escrita interminável. Os cortes e remissões, os caminhos de sentidos originais que o leitor inventa podem ser incorporados à própria estrutura dos corpora (Lévy, 1999, p. 61).

No âmbito das TICs, o fluxo da informação alcança uma velocidade e uma densidade inimagináveis até um século atrás. Para uma pessoa letrada na sociedade da informação, é preciso saber lidar com este fluxo, consumindo-o de maneira ativa, construindo esta informação e comunicando-a de maneira semelhante.

Associações de profissionais da informação, conscientes das novas habilidades que precisam ser dominadas para o aproveitamento deste novo contexto informacional da sociedade, ocuparam-se de promover uma nova tomada de consciência quanto ao manuseio dos recursos tecnológicos, suas ferramentas de busca, seleção e acesso, bem como o uso ético das informações encontradas.

Uma declaração oficial da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) publicado em 2005 na célebre cidade de Alexandria (da grande biblioteca da Antiguidade) na qual esse conjunto de habilidades é chamado “competência informacional” e consistiria na capacidade de “reconhecer as necessidades informacionais e localizar, avaliar, aplicar e criar informação dentro de contextos culturais e sociais” (IFLA, 2005, p. 1). Esta, junto da aprendizagem ao longo da vida (hoje mais conhecida como formação continuada), é chamada de “farol da sociedade da informação, a qual ilumina os caminhos para a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento” (IFLA, 2005, p. 1).

Antes, porém, houve um percurso teórico que conduziram a estas importantes declarações. A seguir, será feita uma revisão do conceito de *information literacy* e sua variante lusófona *competência em informação*, bem como das correntes teóricas que as moldaram, sobretudo advindas dos Estados Unidos e Austrália. Depois, nos debruçaremos na literatura brasileira sobre o tema e seu desenvolvimento.

### 3 O CONTEXTO AUSTRALO-AMERICANO E A GÊNESE DO CONCEITO

Os profissionais de informação, a partir da década de 1970, atentos a todas estas mudanças sociais e à necessidade de formar os cidadãos para o uso consciente das novas tecnologias da informação, cunharam o termo *information literacy* (utilizado primeiramente por Paul Zurkowski) e comprometeram-se a trabalhá-lo com seu público – sobretudo, estudantes. Estes deveriam ser capazes de buscar, avaliar, produzir e recuperar as fontes de informação disponíveis no mundo digital, como afirma Campello (2009).

No contexto educacional, Carol Kuhlthau tem especial relevância pelos estudos pioneiros de *information literacy* e extensa produção científica sobre o tema ao longo dos anos. Bibliotecária escolar, atenta-se para o usuário e suas mudanças de humor e atitude dos estudantes frente a uma necessidade informacional. Segundo ela, a busca por informação envolve os afetos, a cognição e o corpo da pessoa e objetivando descrever e nortear este processo, desenvolveu o *Information Search Process*.

Segundo Kuhlthau (2020 *apud* Silva *et al.*), este é

[...] um modelo em seis estágios da experiência holística dos usuários no processo de busca por informação. O modelo ISP, baseado em duas décadas de pesquisa empírica, identifica três domínios da experiência: o afetivo (sentimentos), o cognitivo (pensamentos), e o físico (ações) comuns a cada estágio. Central para o ISP é a noção de que a incerteza, tanto afetiva como cognitiva, cresce e decresce no processo de busca por informação.

Pesquisadores brasileiros atestam sua importância para a Biblioteconomia e Ciência da Informação nacional como fundamentação metodológica e conceitual. De acordo com Silva *et*

al. (2020), seus estudos sobre comportamento informacional e competência em informação são essenciais para entender questões relacionadas às demandas informacionais e a busca por supri-las.

Christina Doyle, de acordo com Campello, (2009, p. 36), era uma bibliotecária estadunidense engajada no processo de letramento informacional, define-o como “a habilidade de acessar, avaliar e usar a informação a partir de uma variedade de fontes”.

Doyle (1994, p. 6) ressalta a postura dos bibliotecários ante a chamada explosão informacional, que se iniciou com a imprensa de tipos móveis de Gutenberg e alcança um novo nível com a produção científica durante e após a Segunda Guerra Mundial:

Bibliotecários têm sido especialmente sensíveis à explosão informacional e as repercussões resultantes desta. O conceito de competência informacional, a qual advoga a uma preparação das pessoas para que sejam usuários bem-sucedidos da informação, dirige-se às preocupações dos bibliotecários não apenas quanto à natureza da evolução das fontes de informação e o esmagador montante de informações disponíveis, bem como à falta de requisitos de habilidades informacionais de um usuário comum (Doyle, 1994, p. 6, tradução nossa)

A teórica ainda faz um alerta quando afirma que, à época, as bibliotecas faziam um desserviço quando reduziam a competência ao ato de orientar os usuários em catálogos online (Doyle, 1994, p. 7).

Já outra teórica do tema, a australiana Christine Bruce, observa o seu caráter situacional, isto é, cada forma de acessar a informação exigirá uma habilidade diferente por parte do usuário das TICs. O foco, na sua definição, é mais sobre a fenomenologia da pessoa querendo satisfazer sua demanda informacional.

Ao escrever a obra *The seven faces of information*, relevante por ser considerada a primeira tese sobre o tema na Austrália e uma das primeiras no mundo, a autora apresenta um modelo distinto daquele em voga na época, chamado por ela de *comportamental*, que atenderia à finalidade política de se impor sobre os currículos de Ensino Superior dos Estados Unidos e tornar possível a medição do aprendizado. Seu modelo situacional, por outro lado, atenderia a um novo paradigma que se impunha na educação à época.

A conceituação de Bruce estabelece sete facetas da informação, que partem de um conhecimento técnico das ferramentas disponíveis para suprir a demanda informacional à aquisição da sabedoria para utilizar as informações e o conhecimento que se constrói a partir desta. Bruce (1997) tributa a influência de outras competências e letramentos para estabelecer sua própria noção de *information literacy*, a saber: letramento computacional, letramento tecnológico, competência em informação, competência em biblioteca e aprendizado ao longo da vida.

Para a autora, “os cinco conceitos que influenciam o letramento informacional revisados acima são simultaneamente sutis e interrelacionados” (Bruce, 1997, p. 26).

Estas sete facetas podem ser resumidas da seguinte forma:

- **Categoria 1:** Concepção de informação tecnológica – A competência em informação aqui é vista como a capacidade de usar a informação para a recuperação da informação e para a comunicação. Nesta categoria, entende-se que a pessoa competente em informação é capaz de utilizar-se dos recursos tecnológicos para proceder uma ‘varredura’ nesse ambiente e atingir um alto nível de busca consciente da informação.
- **Categoria 2:** Concepção das fontes de informação – A competência em informação permite encontrar a informação contida em fontes informacionais. Abrange o conhecimento de fontes de informação e a habilidade de acessá-las independentemente ou por meio de intermediários.

- **Categoria 3:** Concepção da informação enquanto processo – A competência em informação se dá de forma processual. A esse processo correspondem as estratégias utilizadas pelos interagentes quando são confrontados por alguma situação da qual precisam lidar com a falta de alguma habilidade, seja na busca ou na apropriação do conhecimento.
- **Categoria 4:** Concepção do controle da informação – A pessoa competente em informação, nesta categoria, é capaz de armazenar a informação em diferentes mídias, de forma a facilitar seu acesso e uso.
- **Categoria 5:** Concepção da construção do conhecimento – Aqui, o competente em informação é capaz de agregar novos conhecimentos a partir do uso crítico e avaliativo da informação.
- **Categoria 6:** Conceito de conhecimento estendido – Neste conceito, o foco está na capacidade do competente em trabalhar o conhecimento e as perspectivas pessoais que dele advém, adotando seus insights de forma criativa à medida que os adquire.
- **Categoria 7:** Concepção da sabedoria – O competente em informação é capaz de usar a informação de maneira sábia em benefício de outras pessoas. Entram aqui as questões éticas e os valores pessoais que o uso crítico e competente de informações permitiu adquirir (Correa; Lucas; Muller, 2018, p. 6-7).

Das primeiras iniciativas dos profissionais de informação americanos, ressalta-se a *Information Power*, com o intuito de serem aplicados em escolas e exercitar esta forma de letramento entre crianças e adolescentes. De acordo com seus desenvolvedores da *American Association of School Librarians* e da *Association for Educational Communications and Technology*, trata-se de nove diretrizes pensadas para criar e dar suporte aos mediadores das bibliotecas em três grandes áreas: ensino e aprendizado; acesso à informação e; administração programática (AASL; AEC, 1998).

O *Information Power* prescreveu nove padrões de letramento na aprendizagem, embora não estejam limitados ao ambiente escolar: Letramento Informacional, Aprendizado Independente e Responsabilidade Social.

No primeiro, que supõe três critérios, o estudante: é competente em informação se capaz de acessar informação de maneira eficiente e eficaz; se avalia-a de maneira crítica e competente; se utiliza as informações de maneira criativa e acurada.

O segundo padrão tem três critérios, no qual o estudante: aprende de maneira independente e busca informação com relação a seus interesses pessoais; aprecia literatura e outras expressões informacionais criativas; preza pela excelência na busca por informação e na geração de conhecimento.

O último padrão também supõe três critérios, segundo os quais o estudante: contribui positivamente para a comunidade acadêmica e a sociedade compreende a importância da informação para a democracia; tem um comportamento ético em relação à informação e suas tecnologias; participa de maneira efetiva de grupos para pesquisar e gerar informação.

O Quadro 1 abaixo demonstra os contrastes das duas teóricas importantes da Ciência da Informação, as quais influenciaram programas de implementação do letramento informacional em centros de ensino, assim como a literatura posterior – inclusive no Brasil.

**Quadro 1** — Contrastes entre as correntes teóricas da Ciência da Informação

O modelo de letramento segundo Doyle (1992)	O modelo de letramento segundo Bruce (1997)
Deriva da visão de teóricos da área	Deriva da experiência dos usuários
Busca o consenso entre diversas definições	Busca a variedade de conceitos
Deriva do uso do Método Delphi	Deriva do uso da fenomenografia

Recomenda abordagens construtivistas no ensino e aprendizado	Recomenda abordagens relacionais no ensino e aprendizado
Vê o letramento como mensurável	Não vê o letramento como mensurável
Vê o letramento como definível	Vê o letramento como descritível
Vê o letramento e aprendizado como quantificável	Não vê o letramento e o aprendizado como quantificável
Retrata o letramento como um atributo da pessoa	Retrata o letramento como uma relação situacional sujeito-objeto
Foca nas habilidades da pessoa independente do ambiente	Foca nas habilidades da pessoa em relação ao ambiente

Fonte: Christine Bruce (1997).

As discussões levaram a declarações oficiais por parte da *American Library Association* (ALA), a mais antiga associação de bibliotecários do mundo, que advoga a favor da categoria e das unidades de informação não apenas nos Estados Unidos, mas globalmente. O *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*, de 1989, evidencia a transformação que a sociedade americana sofre com o advento das tecnologias da informação, prevendo ainda mais inovações no futuro próximo, alerta para a desigualdade social que o acesso às TICs comportava – apenas para os ricos e afiliados de instituições específicas.

O documento, composto de cinco capítulos abordando a importância do letramento informacional para indivíduos, instituições e a cidadania nos Estados Unidos, oportunidades de desenvolvê-la e as mudanças no sistema escolar advindos da Sociedade da Informação, define o letrado informacional como “a pessoa capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e tem a habilidade localizar, avaliar e efetivamente usar esta informação almejada” (ALA, 1989, tradução nossa).

Este relatório mantém sua atualidade e relevância também para os bibliotecários brasileiros ao tratar da cidadania na democracia americana:

A cidadania em uma democracia moderna envolve mais do que o conhecimento de como acessar informações vitais. Também envolve a capacidade de reconhecer propaganda, distorção e outros usos indevidos e abusos da informação. As pessoas são diariamente submetidas a estatísticas sobre saúde, economia, defesa nacional e inúmeros produtos. Uma pessoa organiza a informação para provar o seu ponto, outra organiza-a para provar o dela. Um partido político diz que os indicadores sociais são encorajadores, outro os chama de assustadores. Uma empresa farmacêutica afirma que a maioria dos médicos prefere seu produto, outra “prova” que os médicos favorecem seu produto. [...] Cidadãos letrados informacionais são capazes de detectar e expor chicanas, desinformação e mentiras (ALA, 1989, tradução nossa).

No contexto estadunidense, as discussões sobre a relevância da competência informacional chegaram ao seu auge quando Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América dos anos de 2009 a 2017, proclamou outubro como o mês da Consciência Nacional acerca da Literacia Informacional. Na proclamação, ressalta-se que esta ação “traz à luz a necessidade de todos os americanos adotarem as habilidades necessárias para efetivamente navegar na Era da Informação” (OBAMA, 2009).

O então presidente fala, ainda, da relevância de instituições como bibliotecas e universidades como auxílios no tempo presente, em que tantas fontes de informação estão disponíveis para acesso aos cidadãos, para separar a verdade e a ficção, e a comunicação do ruído.



#### 4 A RECEPÇÃO BRASILEIRA

De acordo com Correa, Lucas e Muller (2018, p. 5), os estudos de competência informacional chegam ao Brasil em 2000, através de um texto de Caregnato, o qual propunha o termo alfabetização informacional como tradução do consagrado em inglês *information literacy*. Elisabeth Dudziak foi, segundo as autoras, uma teórica que se debruçou sobre o tema propondo várias traduções: literacia, letramento, fluência ou competência em informação.

A doutora em Ciência da Informação, Bernadette dos Santos Campello, também deu sua contribuição para o tema na primeira década dos anos 2000, ao publicar a célebre obra “Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola”, em 2009.

Nela, Campello aborda o processo de transformação da sociedade, mobilizada pelo advento das tecnologias da informação e comunicação (neste período, o acesso à internet no Brasil estava em expansão, mas a banda larga ainda era muito restrita) e a partir daí trata do processo de letramento informacional e ações para ensiná-lo nas escolas, a fim de formar estudantes capacitados para atender as exigências da Sociedade da Informação.

Com o aumento da relevância dos estudos sobre competência informacional no Brasil, colocando em destaque a função do bibliotecário sobretudo nas bibliotecas escolares, questiona-se a necessidade da inclusão da competência informacional nos cursos de graduação em Biblioteconomia para que melhor compreendessem os futuros profissionais seus papéis de educadores, de acordo com Correa, Lucas e Muller (2018).

As disciplinas de Serviço de Referência e Fontes de Informação, principalmente, já forneceriam um arcabouço teórico inicial para desenvolver as habilidades necessárias nos alunos, apresentando em maior e menor grau, respectivamente, “a possibilidade de inserção da ColInfo [Competência em Informação] em seu conteúdo programático” (Correa; Lucas; Muller, 2018, p. 19).

Com a finalidade de estabelecer um termo único para os teóricos da Ciência da Informação, a Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação, de 2011, consagrou o termo citado acima como o oficial para uso no Brasil – esta teria sido uma recomendação da UNESCO para o contexto brasileiro (Correa; Lucas; Muller, 2018). Esta Declaração elaborou cinco pontos de reflexão sobre o tema, conclamando as bibliotecas e demais unidades de informação, escolas de formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação e associações profissionais a debruçar-se sobre o tema para o pleno exercício da cidadania na Sociedade da Informação:

[...] os recursos para seu acesso, uso, avaliação e comunicação [da informação] são insuficientes para atender às demandas da cidadania. Em decorrência, é necessária a formação para o desenvolvimento da Competência em Informação que atenda a essas demandas (FEBAB, 2011, p. 1).

O documento demonstra sua atualidade na medida em que as bibliotecas de todas as tipologias, cada qual adaptada à sua comunidade, ainda precisam fornecer subsídios aos seus usuários para buscar, acessar e avaliar as informações disponíveis nos vários ambientes criados pelas TICs. Estes ambientes oferecem inúmeras possibilidades positivas, sem a qual serão habitados virtualmente de maneira passiva, sem a construção e disseminação de conteúdo próprio.

No cenário atual, em que se discute temas como *pós-verdade*, principalmente após a enxurrada de desinformações (ou *fake news*, seu sinônimo popularizado) que nos assolaram durante a pandemia de COVID-19, faz-se mais necessário ainda treinarmos nossas comunidades para serem competentes em encontrar informações de qualidade, avaliá-las e disseminá-las para suas redes sociais de maneira ética. A própria “Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação” já indicava para os profissionais da informação a importância da biblioteca escolar, com seu papel social de oferecer uma base inicial para a competência no uso da informação

(FEBAB, 2011, p. 2). Essa visão é endossada por Campello (2009), ao propor um trabalho interdisciplinar entre Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação em prol dos estudantes.

A partir da segunda década do século XXI, as discussões sobre competência em informação no Brasil foram acrescidas por um novo conceito, mais abrangente do que aquele herdado pela *information literacy* australo-americano, denominado *competência infocomunicacional*. De acordo com Lima *et al.* (2012), a internet compreende uma tríade de competências necessárias para seu uso mais eficaz, a saber: a operacional, informacional e comunicacional.

As três poderiam ser ilustradas como uma espiral na qual esses conhecimentos como que se entrelaçam e estimulam a aprimorar-se, como demonstra a Figura 1 logo abaixo:

**Figura 1** — Tríade de competências para o uso da internet



**Fonte:** Lima *et al.* (2012).

A competência operacional diz respeito ao uso dos dispositivos eletrônicos para fins de trabalho, lazer e estudo. Isto exige um conhecimento no manejo do *hardware* e do *software* e habilidades táteis, visuais e sonoras.

Observa-se que as competências operacionais são subjacentes às competências em informação e em comunicação no ambiente digital. Por mais competente que um indivíduo seja com a informação e com a comunicação, terá dificuldade em aplicá-las se não possuir as competências operacionais elementares (Lima *et al.*, 2012, p. 9).

A competência informacional não difere muito daquilo que já foi explicitado na seção anterior, já que possui o mesmo referencial teórico. Para os autores, o grande volume de informações acessíveis na contemporaneidade exige habilidades específicas para a solução de problemas e construção do conhecimento. Afirmam que uma pessoa competente informacional tem “a capacidade de analisar e criticar, questionar uma pesquisa e compreender os resultados, bem como possuir habilidade para pesquisar e localizar diversos tipos de informação para atender às suas necessidades” (Lima *et al.*, 2013, p. 11).

Competência comunicacional, para os autores, parte do conceito de comunicação: “É um processo complexo de eventos psicológicos e sociais, envolvendo a interação simbólica. Esses eventos ocorrem dentro e entre pessoas” (Lima *et al.*, 2012, p. 15). Mais do que simplesmente emitir informações para receptores passivos, comunicar envolve reconhecer a alteridade do receptor, porque nele há um conjunto de experiências e conhecimentos prévios com os quais ele interpreta a informação emitida.

As ferramentas da chamada Web 2.0, de acordo com Tomáel (2008), são um modelo e internet mais colaborativo, em que os internautas são capazes de publicar-partilhar e dar um



feedback dos conteúdos surgido no início dos anos 2000 – são facilitadoras do processo comunicador via TIC.

[...] uma vez que as tecnologias digitais favoreçam a produção de conteúdo e os processos de colaboração entre indivíduos, emerge uma sociabilidade própria desse ambiente. Isso implica mobilizar argumentos, negociar posições e conseguir colaboração usando ferramentas digitais diversas e respeitando regras sociais inerentes. Para Martin (2008, p. 162) “[...] o advento do digital, que oferece comunicação instantânea de um ou muitos, separados a partir de uma situação face-a-face, exige que o usuário esteja ciente da natureza e das implicações do meio (Lima *et al.*, 2012, p. 16)

Esta competência aplicada às tecnologias da informação tem um forte cunho ético, pois capacita o usuário a reconhecer a alteridade de seu interlocutor bem como as implicações das informações que constrói na rede e compartilha, sabendo que isto afetará positiva ou negativamente indivíduos e grupos sociais. Também entre as comunidades virtuais estão presentes consequências éticas e legais (Lima *et al.*, 2012).

Desta forma, o conceito desenvolvido no Brasil aproxima-se da abordagem situacional de Christine Bruce e o programa estadunidense *Information Power*, por subdividir a competência em áreas distintas, as quais um mesmo usuário pode ter letramentos distintos em mídias distintas, e ressaltando o fator ético do uso, construção e disseminação das informações. É interessante notar que a crítica de Bruce a um conceito de competência informacional formulado apenas por teóricos do tema também é feita pelos autores: “Portanto, as competências em ambientes digitais não são um conjunto de capacidades ‘pensadas em laboratório’ ou ditadas por especialistas. Ao contrário, elas emergem da prática cultural popular” (Lima *et al.*, 2012, p. 20).

Para Botelho-Francisco (2017), - que não adota o termo recomendado, mas utiliza letramento informacional -, o conceito original pode ser ampliado para *media and information literacy*, por analisar um conjunto de competências necessárias para lidar com o emergente contexto digital, as quais são exploradas nos estudos de: Bawden; Esheted Al-Kalai; Ward e Grizzle e Wilson.

No esquema que apresenta para ilustrar o conjunto de habilidades que a nova dinâmica da sociedade exige estão presentes os seguintes tipos de letramentos: *computer literacy*, *hyperliteracy*, *internet literacy*, *media literacy*, *network literacy*, *technological literacy*, letramentos de reprodução, fotovisual, ramificada e socio-emocional. Segundo Botelho-Francisco:

Entender as literacias a partir desta compreensão vai além dos usos e da produção de conhecimento no ciberespaço e envolve, para além disso, também questões culturais e sociais extremamente relevantes. Este trabalho é contrário às abordagens centradas exclusivamente numa visão de uso da informação, como se fosse possível delas ser algum tipo de usuário. Este pressuposto não leva em consideração um novo modelo de comunicação interativo, colaborativo e autoral presente na lógica das redes e das tecnologias digitais (Botelho-Francisco, 2017, p. 18).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição dos autores brasileiros supracitados, não pretendemos esgotar os estudos sobre competência informacional no Brasil, o que seria um empreendimento muito além do propósito deste trabalho, mas sim ilustrar como os cientistas da informação elaboraram noções diversas do fenômeno estudado, aprofundando-o a partir das publicações fundantes de Bruce, Doyle e Zurkowski.

Entender que a competência informacional não é algo fechado e canônico dentro da Academia, tampouco algo restrito ao uso eficiente de certas tecnologias surgidas a partir do

século passado e que hoje se expandiram como meios proeminentes de busca e acesso à informação, nos ajudará a compreender o desdobramento da *information literacy* para a *financial literacy*, na expectativa de que este último obtenha também recepção frutuosa dos acadêmicos destas terras em breve.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS; ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS. **Information power: Building partnerships for learning.** American Library Association, 1998.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report.** Chicago: ALA, 10 jan. 1989. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. Literacias emergentes em contextos digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 4–26, jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/653>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRUCE, Christine. **The Seven Faces of Information.** Adelaide: Auslib Press, 1997.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORREA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; MULLER, Viviane Formighieri. Conexão entre competência em informação e as disciplinas fontes de informação e serviço de referência: um mapa conceitual. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 501–521, 18 jan. 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i2.8649760. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8649760>. Acesso em: 24 jul. 2024.

DOYLE, Christina S. **Information Literacy in an Information Society: A Concept for Information Age.** Syracuse: Eric Clearinghouse on Information & Technology, 1994.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação.** FEBAB: Maceió, 9 ago. 2011. Disponível em: [http://febab.org.br/declaracao\\_maceio.pdf](http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf). Acesso em: 24 jul. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Beacons of the Information Society: The Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning.** IFLA: Alexandria, 2005. Disponível em: <https://milobs.pt/wp-content/uploads/2018/06/The-Alexandria-Proclamation-on-information-Literacy-and-Lifelong-Learning-.pdf> /. Acesso em: 30 set. 2024.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34. 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** São Paulo: Editora 34, 1993.

LIMA, Jussara Borges de; BEZERRA, Lucas; DIOMONDES, Simone; COUTINHO, Leandro. Competências infocomunicacionais: um conceito em desenvolvimento. **Tendências da**

**Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [Bahia], v. 5 n. 1, 1 fev. 2012. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/265>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OBAMA, Barack. Presidential Documents. **Presidential Proclamation National Information Literacy Awareness Month**. [Washington]: Federal Register, v. 74, n. 193, 7 oct. 2009. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2009-10-07/pdf/E9-24290.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

OLIVEIRA, Gabriel. **Letramento financeiro: perspectivas para bibliotecas públicas**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/579>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVA, Carlos Robson Souza da; OLIVEIRA, Thiago Pinheiro Ramos de; TEIXEIRA, Thiciane Mary Carvalho; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; NUNES, Jefferson Veras. Contribuições do Modelo de Carol Kuhlthau para a pesquisa sobre Comportamento Informacional e Competência em Informação no Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], v. 25, p. 01–14, 6 fev. 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e65234. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e65234>. Acesso em: 24 jul. 2024.

TOMÁEL, Maria Inês (org.). **Fontes de Informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008.